

FOLHA DE LONDRINA

TJ quer criar mais 220 cargos

Projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa prevê mais
comissionados para juízes e desembargadores

NA CONTRAMÃO

**TJ pretende
criar mais
220 cargos
comissionados**

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná pretende criar mais 220 cargos em comissão, aqueles de livre nomeação, que não precisam passar por concurso público. Um anteprojeto de lei que prevê mais funcionários comissionados para atender o quadro de servidores do Poder Judiciário foi lido no expediente de ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, tendo sido encaminhado inicialmente ao Legislativo no último dia 24. A proposta passa por comissões antes de ir à votação pelos deputados estaduais.

Do total, são 100 cargos de assistente de juiz (privativos de bacharel em Direito) e outros 120 comissionados para assistente de desembargador, todos a serem nomeados pelo presidente do TJ, Miguel Kfourri Neto. No caso dos assistentes de juízes, por exemplo, 44 são para a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; 18 para a Região Metropolitana de Londrina; 14 para a Região Metropolitana de Marín-

**18 cargos
atenderiam juízes
da região
de Londrina**

15 MAI 2012

gá; e outros 24 divididos entre as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guapuva, Ponta Grossa e Umuarama.

Na argumentação do TJ, o objetivo com mais esses cargos é de "dotar a magistratura de primeiro grau de estrutura qualificada de apoio, capaz de contribuir para a elevação da produtividade, mediante o incremento da eficiência individual de cada órgão judicial".

O TJ cita ainda o "aumento vertiginoso de trabalho" nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, na prioridade de tratamento à criança e ao adolescente.

Na mensagem encaminhada à AL, o presidente do TJ justifica que a proposição dos novos cargos está em conformidade com a

Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o TJ, as despesas têm

adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Poder Judiciário para este ano e compatibilidade com o Plano Plurianual de 2012-2015. A

remuneração mensal desse cargo em comissão, incluindo vantagens, é de R\$ 2.488,17. Para este ano, o impacto total previsto é de R\$ 5,66 milhões, e, para o ano que vem, R\$ 9,6 milhões, valores do orçamento próprio do TJ.

Enquanto o TJ envia mais um anteprojeto de lei para criar cargos comissionados, muitos aprovados no último concurso público feito pelo TJ reclamam da demora em serem chamados. No fim do ano passado, a AL já havia autorizado o Judiciário paranaense a criar 787 novos cargos em comissão, também para assessores de juízes e desembargadores, o que significa um custo de R\$ 32 milhões para todo o ano de 2012. O salário mensal para cada um desses comissionados é de R\$ 2.643,25, incluindo as vantagens. De acordo com o TJ, a criação dessa assessoria qualificada resultou no aumento da produtividade do órgão.

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia mais três redes de fantasmas

na AL 15 MAI 2012

Ex-cúpula do Legislativo pode ter que devolver R\$ 25 milhões aos cofres públicos

FANTASMAS

MP aponta mais três redes de famílias ligadas à cúpula da AL

Luciana Cristo
Equipe da Folha

Curitiba - O esquema de contratação de funcionários fantasmas para desviar dinheiro público dentro da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, que teria funcionado até o ano de 2010, rendeu uma nova ação aos ex-funcionários do Legislativo Abib Miguel (o Bibinho, ex-diretor-geral), José Ary Nassiff (ex-diretor administrativo) e Cláudio Marques da Silva (ex-diretor de pessoal). De autoria do Ministério Público (MP) do Paraná, a ação civil pública pede a devolução de R\$ 25 milhões que teriam sido desviados, a partir do nome de apenas dez pessoas ligadas a três famílias (ver quadro). Esse valor deve ser devolvido pelos três diretores apontados pelo MP como executores da rede de desvio - e também pelos deputados Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB), que eram presidente e primeiro-secretário do Legislativo, respectivamente,

e que também são réus no processo. O MP pede a indisponibilidade de bens dos envolvidos.

Em relação aos deputados, o MP aponta que eles foram coniventes com toda a estrutura que propiciava a prática e a ocultação de irregularidades, uma vez que houve diversos atos secretos, ou seja, nomeações e exonerações que não eram publicadas em Diário Oficial ou, ainda, eram publicadas com datas adulteradas e em documentos avulsos. Eles também são responsabilizados por não terem feito concurso público, que deveria ser a forma mais usual de contratação no poder público, para todas as funções que não sejam de confiança política, de assessoramento, chefia e direção.

Porém, este não era o caso da maioria dos comissionados "fantasmas" nomeados, que apresentaram declarações de imposto de renda inverossímeis, com patrimônio desproporcional aos seus ganhos, conforme apuração do MP. O salário pago aos "fantasmas",

além de ser de um valor alto, ainda somava-se a abonos sem fundamentos legais e pagamento de indevidas gratificações. Por exemplo, o funcionário Sérgio Antônio Schabatura - que declarou trabalhar como mecânico e servente de pedreiro - recebeu irregularmente uma gratificação de férias por 24 meses consecutivos, todas no valor de R\$ 5.891,66. Outros, como José Devanir Bordignon, tinham salário de até R\$ 31,4 mil mensais, superando o teto constitucional e o vencimento dos próprios deputados.

Referindo-se aos cinco réus da ação, o MP argumenta que: "se esse dinheiro estivesse simplesmente sendo destinado para o pagamento de funcionários fantasmas já seria um abominável descalabro. O mais vil e repugnante é que essa fortuna era apropriada por inescrupulosos corruptos, o que só era possível graças à estrutura mantida e aperfeiçoada com a participação e conivência de altos mandatários da AL".

CONTINUA

INFORME

Perguntinha

Mais redes de fantasmas na Assembleia Legislativa: surpresa?

15 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em menos de uma semana, Justus e Curi vão responder a uma segunda ação de improbidade administrativa. Na última quinta-feira, outra ação proposta pelo MP - também relacionada à contratação irregular de funcionários - era voltada especificamente aos dois, pelo "Inchaço" de pessoas nomeadas para a primeira-secretaria do Legislativo. Em relação à ação proposta na semana passada, o deputado Curi disse que queria primeiramente ter acesso à ação, para depois comentar seu conteúdo. Justus não compareceu à sessão plenária de ontem na AL, por motivo de falecimento na família.

REDES DE FANTASMAS

Confira quem, segundo o MP, foi contratado para a Assembleia Legislativa com o objetivo de desviar dinheiro público:



FAMILIA VOLSILK

↳ Izidoro Volsilk (jardineiro de Bibinho): desvio de **R\$ 976.342,18**, entre janeiro de 2000 e junho de 2003.

↳ Ana Maria Volsilk (filha de Izidoro e copeira de Bibinho): desvio de **R\$ 1.119.148,29**, entre janeiro de 2000 e junho de 2003.

↳ João Maria Volsilk (filho de Izidoro): desvio de **R\$ 3.582.278,00**, entre janeiro de 2000 e fevereiro de 2010.

↳ Solange Alves Nogueira (companheira de João Maria e empregada doméstica de Bibinho): desvio de **R\$ 3.152.839,26**, entre janeiro de 2001 e fevereiro de 2010.

FAMILIA SCHABATURA

↳ Wilson Schabatura (motorista particular de Bibinho): desvio de **R\$ 3.740.662,86**, entre janeiro de 2000 e fevereiro de 2010.

↳ Luis Fernando Schabatura (filho de Wilson): desvio de **R\$ 3.241.209,24**, entre janeiro de 2000 e maio de 2009.

↳ Sérgio Antônio Schabatura (filho de Wilson): desvio de **R\$ 2.652.454,91**, entre maio de 2002 e março de 2010.

↳ Carlos Girney Schabatura (filho de Wilson): desvio de **R\$ 2.871.697,50**, entre janeiro de 2000 e fevereiro de 2010.

FAMILIA BORDIGNON

↳ José Devanir Bordignon: desvio de **R\$ 2.211.680,28**, entre março de 2002 e fevereiro de 2010.

↳ José Devanir Bordignon Filho: desvio de **R\$ 2.068.615,96**, entre julho de 2003 e setembro de 2009.

Total de dinheiro desviado utilizando o nome de dez pessoas "fantasmas": **R\$ 25.589.928,48**
Em valores corrigidos em dezembro de 2011.

FOLHA DE LONDRINA

'Cultura da transparência'

6 *A maioria dos agentes que deve se adequar pouco dá valor à transparência*

15 MAI 2012

Apenas um dia da entrada em vigor da Lei 12.527/11, batizada como "Lei da Informação", poucos órgãos públicos estão preparados para a sua adequação. A legislação regulamenta o acesso a informações públicas e sigilosas dos atos do Executivo, Legislativo, Judiciário, autarquias, empresas públicas e entidades que recebem recursos públicos que, entre outros itens, devem assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso e divulgação a ela, além de garantir proteção à informação e a sua disponibilidade.

Isso significa que qualquer cidadão pode solicitar informações pessoalmente, por e-mail ou carta a qualquer desses órgãos, com prazo definido para resposta. A lei prevê ainda a instalação de um local e funcionário específico para atender às demandas da comunidade. Caso descumpra a lei, o servidor poderá responder por improbidade administrativa.

No entanto, o que se constata em matérias veiculadas em toda a imprensa é que a maioria dos órgãos atingidos em todas as esferas (federal, estadual e mu-

nicipal) não está preparado, apesar do prazo de 180 dias concedido para adequação. De acordo com as informações, é possível concluir que a maioria dos agentes que deve se adequar pouco dá valor à transparência, valor fundamental na gestão de qualquer órgão público. Talvez seja

necessário o desenvolvimento de um trabalho de conscientização dos gestores públicos para disseminação de uma nova cultura: a da "transparência". Informações geradas nesses órgãos e entidades deveriam, obrigatoriamente, ser divulgadas e não escondidas.

Essa falta de adequação faz pressupor que há muitas informações que os agentes públicos preferem continuar mantendo em segredo e à revelia da população. Conduta que deveria ser condenada, até porque esses gestores deveriam zelar pela transparência e probidade. A falta de ética na política, assunto recorrente em toda a imprensa, também passa pela pouca transparência a que se dá os atos administrativos. Se seguida à risca, a Lei da Informação contribuirá para o amadurecimento da democracia brasileira.

15 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Homenagem a Lewandowski

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski vai receber o título de cidadão honorário do Paraná. A iniciativa partiu da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, formada pelo presidente Valdir Rossoni (PSDB), pelo primeiro secretário, Plauto Miró (DEM), e pelo segundo secretário, Reni Pereira (PSB). O título deverá ser entregue em sessão solene na sexta-feira, no plenário da Casa.

INFORME

Ex-prefeito de Apucarana

O juiz substituto da 2ª Vara Cível de Apucarana, André Doi Antunes, anulou o decreto feito pela Câmara de Vereadores da cidade que reprovava as contas de 2007 do ex-prefeito Valter Pegorer (PMDB). O juiz acatou a alegação dos advogados de Pegorer de que o processo para votação das contas do ex-prefeito teria irregularidades formais. A Câmara vai recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça.

Fora do prazo

A justificativa do ex-prefeito é que a Lei Orgânica do Município prevê que o julgamento das contas do Executivo deve ser feito até 60 dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise das contas da prefeitura. O julgamento das contas de 2007 de Pegorer só foi feito em março do ano passado pelos vereadores. Segundo entendimento de oito dos 11 vereadores da Casa, as contas deveriam ser reprovadas porque Pegorer deixou de fazer repasses dos valores consignados em folha de pagamento em favor do INSS.

■ Apesar de ter acatado o pedido, o juiz negou a indenização por danos morais também solicitada pelo ex-prefeito na ação.

MAZZA

Assistentes

Judiciário vai ter mais 220 assistentes para atender os 120 desembargadores e mais 100 juízes. Lembra aquela piada da reforma agrária: em cada assentamento um japonês.

15 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadã FOLHA Cidadã FOLHA Cidadã

15/05/2012

FOLHA Política

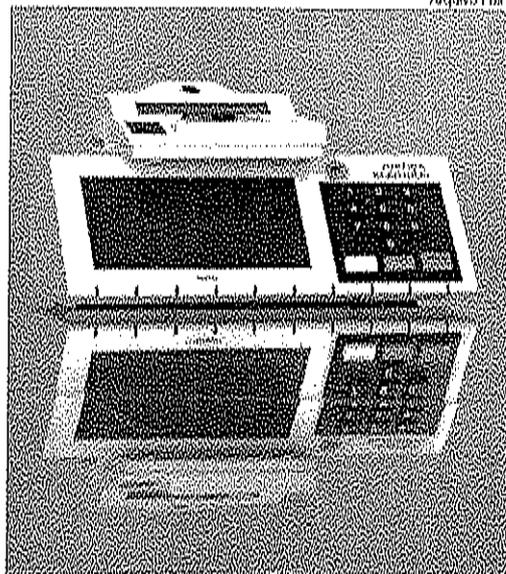
IDENTIFICAÇÃO DIGITAL

Eleição biométrica: londrinenses farão recadastramento em 2013

Em Londrina, a implantação do sistema biométrico nas eleições – que identifica o eleitor pela impressão digital no momento do voto – vai começar em março do ano que vem. A informação foi confirmada semana passada pelo vice-presidente do Tribu-

nal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Rogério Coelho, durante o Encontro Regional de Juízes Eleitorais, que ocorre na cidade. No Paraná, apenas Curitiba vai utilizar a biometria, pela primeira vez, já nas próximas eleições. A biometria ocorre, ainda, em 67 municípios brasileiros, além de todo o estado de Alagoas e de Sergipe.

O **sistema biométrico** vai dispensar a assinatura na folha de votação



Arquivo Folha

e a redução de tempo, por eleitor, na hora do voto, é estimada em um minuto e meio a dois minutos, tempo geralmente utilizado pelos usuários para conferir o título de eleitor e procurar o nome de cada votante. "Será preciso recadastrar todos os **eleitores**

novamente", disse Mardem Machado, chefe de comunicação do TRE.

A previsão é de iniciar em março o chamamento de todas as pessoas que possuem título eleitoral para que façam a migração para o novo sistema. Mardem explicou que a implantação em Londrina deve ser mais "econômica do que em Curitiba", porque o tribunal já conta com os "kits", como máquinas fotográficas e laptops, utilizados no recadastramento.

● A previsão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Londrina é aplicar o sistema nas eleições de 2014 (para presidente, senadores, governadores, além de deputados federais e estaduais)

● Segundo estimativa do TRE, Londrina deve totalizar cerca de 370 mil eleitores neste ano

FOLHA DE LONDRINA

CFM publica regras sobre anencefalia

15 MAI 2012

Johanna Nublat
Folhapress

Brasília - Pouco mais de um mês após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que liberou o aborto de fetos anencéfalos, o Conselho Federal de Medicina (CFM) apresentou as regras para médicos diagnosticarem a patologia.

Segundo a norma, publicada ontem no Diário Oficial da União, a anencefalia deverá ser atestada por pelo menos dois médicos, com base em ultrassom feito a partir da 12ª semana de gestação.

O laudo, assinado pelos dois médicos, deve conter ainda duas fotografias feitas pelo ultrassom, mostrando lados diferentes da cabeça do feto.

A partir do diagnóstico, a gestante poderá decidir manter a gravidez, interrompê-la imediatamente ou adiar a interrupção, garante a norma do conselho, que tem força de lei para médicos.

A resolução do CFM prevê, também, orientação para a gestante, tanto no momento do diagnóstico quanto após a antecipação do parto.

12 proprietários já aceitaram indenização

Davi Baldussi
Reportagem Local

Londrina - Doze proprietários de imóveis localizados nas proximidades do Aeroporto Governador José Richa aceitaram o preço oferecido pela desapropriação de seus terrenos ontem em audiências realizadas na Justiça Federal em Londrina. "Foi bom. Cem por cento de conciliação", avaliou o juiz federal Gilson Luiz Inácio, coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Mediação e Cidadania (Cejuscon).

Hoje serão realizadas mais

12 audiências e até quinta-feira serão concluídas as 42 previstas para esta semana. De acordo com Inácio, a expectativa é de que haja conciliação em todas as audiências, uma vez que "os valores correspondem ao valor de mercado". O valor da desapropriação é de R\$ 9 milhões, recursos do Estado.

Conforme ele, os proprietários receberão o valor em até 15 dias após a audiência. Depois do pagamento, os donos têm 90 dias para deixar o local. Essa é apenas a primeira fase da desapropriação. No total 151 imóveis terão que ser desapropriados.

Suspeito do caso Stefani é libertado

Curitiba - A polícia libertou no fim de semana o homem que estava preso temporariamente em Ponta Grossa (Campos Gerais) suspeito pelo desaparecimento de Stefani Vitoria Rochinski, de 10 anos, ocorrido em 4 de maio em Porto Amazonas (Região Metropolitana de Curitiba). A Justiça considerou que não havia provas para mantê-lo preso. A polícia não tem pistas do paradeiro dela.

15 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Presídio vai receber detentos de Londrina

Maringá - A Colônia Penal Industrial de Maringá, com capacidade para 330 presos no regime semiaberto, foi inaugurada ontem pelo governador Beto Richa (PSDB). Com investimento de R\$ 5,2 milhões, este é o terceiro estabelecimento penal entregue neste ano. As unidades penitenciárias entregues desde o ano passado, somadas a essas, abrem 2.848 vagas.

A Colônia Penal de Maringá tem área para estudo, tratamento médico, visita íntima, alojamentos, canteiros de trabalho e cancha poliesportiva.

Poderão ser transferidos para Maringá, a partir da próxima segunda-feira, presos do regime semiaberto, preferencialmente das regiões de Maringá e de Londrina. A prioridade é para presos condenados, que estão enquadrados no regime semiaberto, em penitenciárias.

FOLHA DE LONDRINA

Canha contesta currículo técnico de Durval Amaral

Luciana Cristo
Equipe da Folha

15 MAI 2012

Curitiba - O relatório da comissão especial formada por um grupo de deputados estaduais para analisar as candidaturas a conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado deve ser apresentado em plenário hoje, pelo deputado Caio Quintana (PMDB). Já a eleição ocorre durante sessão especial na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, na próxima segunda-feira. A confirmação foi dada ontem pelo presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB). Concorrem ao cargo vitalício o secretário-chefe da Casa Civil, Durval Amaral, e um auditor do próprio TC, Claudio Augusto Canha.

Ontem, durante as atividades necessárias a serem feitas com quem pleiteia o cargo, Canha apresentou um pedido de impugnação à candidatura do adversário, sob a alegação de que, apesar da experiência pública de mais de 30 anos de Amaral, ele nunca exerceu um cargo técnico. Em seguida,

Amaral - que é o favorito dos deputados ao cargo de conselheiro - apresentou defesa, citando os órgãos públicos que já trabalhou, até o atual na Casa Civil, por onde passam todos os empenhos do Estado. A defesa foi aceita pela comissão e o pedido de impugnação foi indeferido.

Esta escolha da vaga do TC faz parte da cota a que a AL tem direito. As outras são divididas entre a livre escolha do Poder Executivo e a cota técnica. A vaga atual aberta é em virtude da aposentadoria compulsória do conselheiro Heinz Herwig, que deixou o cargo no fim de abril, por ter completado 70 anos. Além de notórios conhecimentos econômicos, jurídicos, financeiros e contábeis, o candidato a uma das sete vagas de conselheiro do TC precisa ter entre 35 e 65 anos. O cargo é vitalício e tem salário de pouco mais de R\$ 24 mil.

Suspense

MAZZA

Na liturgia do processo de escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas na Assembleia um ruído inesperado: o auditor Claudio Augusto Canha pleiteou, pura e simplesmente, a impugnação da candidatura de Durval Amaral por não preencher o requisito do exercício efetivo da advocacia. Essa eles, como sempre, tiram de letra com alguma facilidade como acabou acontecendo.

15 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Adoção: a chegada que requer preparo

Além do casal, é imprescindível que os familiares estejam prontos para receber o novo integrante, orienta psicóloga

Como qualquer outro evento de nossas vidas, a adoção também pode se caracterizar como um processo gerador de ansiedade para os pais que ficam em fila de espera aguardando a chegada do filho. No entanto, o quanto essa ansiedade será sentida de forma angustiante e sofrível depende da percepção do casal. Isso é o que afirma a psicóloga Gisela Guilherme, do Instituto InnoVe, de Londrina. Para ela, essa ansiedade não pode ser considerada essencialmente ruim, pois favorece que o casal e toda a família se preparem psicologicamente para a chegada do filho.

"Pode ser um oportunidade maravilhosa para que o casal decore o ambiente físico para acomodá-lo; busque informações sobre adoção e educação infantil e participe de grupos de apoio para troca de informações com outros pais", menciona Gisela.

Por outro lado, não podemos ignorar que o processo da adoção muitas vezes dura anos. Nesse caso, a espera pode se tornar angustiante, e as esperanças de ser pai e mãe vão sendo encaradas como distantes.

Se não há uma maneira de agilizar o processo da adoção, não há como se imaginar que não haja ansiedade nesse período. Por

isso, ela orienta que em primeiro lugar os pais devem aceitar a condição que se encontram, e não lutar contra seus sentimentos.

"O importante é que a ansiedade não atinja níveis extremos, prejudicando os demais aspectos da vida. Eles não devem deixar de lado sua vida profissional, social, familiar e o lazer para viver em função da chegada do filho", afirma a especialista, salientando que, enquanto a oportunidade de vivenciar o sonho não chega, os demais planos e projetos não devem ser deixados de lado.

"O acompanhamento psicológico pode ser um bom recurso quando os pais não estiverem conseguindo fazer isso por conta própria", alerta Gisela, detalhando que o acompanhamento pode ser fundamental para que o casal consiga lidar com outras questões, como os motivos que os levaram a adotar, seus desejos, suas expectativas e receios.

Após a chegada do filho, Gisela destaca que o acompanhamento profissional pode ser útil, caso a família esteja enfrentando dificuldades que não consigam superar sozinhas. "Podem ser questões referentes à adaptação da criança, desenvolvimento de habilidades dos pais para lidar com ela, dificuldades em estabelecer vínculo, dificuldades em impor regras e limites", complementa.

Irmão

E, assim como os pais se preparam para adotar o bebê, a criança ou o adolescente, a psicóloga esclarece que o filho biológico também deve ser preparado para a chegada de um irmão adotivo.

Conforme Gisela, o filho biológico deve ser inserido no processo, desde a tomada de decisão até o andamento do processo da adoção. "Assim, ele se sentirá valorizado, como parte importante da família e isso facilitará sua aceitação e disposição para construir um vínculo com o irmão", destaca.

Ela orienta que os pais dialoguem constantemente com o filho e procurem conhecer sua opinião e seus receios. "Eles devem buscar esclarecer as dúvidas e explicar sobre as mudanças que ocorrerão na casa a partir da chegada do irmão. Isso diminui sua ansiedade e quebra possíveis ideias distorcidas que a criança pode ter elaborado", observa.

CONTINUA

15 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Pesquisas

Além do casal e do filho biológico, Gisela alerta que é imprescindível que a família, como um todo, esteja preparada para receber o novo integrante. De acordo com a psicóloga, a conversa com a família sobre a adoção é importante, pois pesquisas apontam que a maior discriminação e preconceito sofridos pelos filhos adotivos não vem das pessoas de fora, mas dos familiares e amigos próximos.

"Devemos considerar que cada pessoa possui uma história diferente, ideias e opiniões divergentes. Os pais devem conversar com naturalidade sobre o assunto e permitir que os outros exponham suas opiniões e façam seus questionamentos. Essa atitude, evidentemente, não garantirá a aceitação da criança como parte da família, mas os pais darão o modelo para os membros da família sobre como lidar com a questão e contribuirão para que se construa o vínculo afetivo entre eles", analisa.

15 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

CNJ investiga bens de 5 desembargadores de Mato Grosso do Sul

Conselho suspeita que magistrados do TJ acumularam patrimônio incompatível com a renda declarada

Juízes negam prática de irregularidade e alegam desconhecer que sejam alvo de sindicância pela Corregedoria do CNJ

Cinco desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul são alvo de investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sob suspeita de possuir patrimônio incompatível com a renda.

Em 2011, o CNJ abriu sindicância sigilosa sobre a evolução patrimonial dos magistrados Claudionor Abss Duarte, Paulo Alfeu Puccinelli, João Carlos Brandes Garcia, Joenildo de Souza Chaves e Marilza Lúcia Fortes, incluindo parentes deles.

Portaria da ministra Eliana Calmon, que é corregedora do CNJ, determinou ação fiscal para apurar eventuais "gastos ou investimentos incompatíveis com os rendimentos declarados".

Foram pedidas informações à Receita Federal, Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), Detran, cartórios de imóveis, Banco Central e Polícia Federal.

A **Folha** teve acesso ao teor das investigações ao consultar no site do Supremo Tribunal Federal o processo em que associações de magistrados questionam os poderes da corregedoria para investigar magistrados e servidores.

BENS DECLARADOS

Claudionor Duarte declarou, em 2001, patrimônio de R\$ 1,7 milhão, que chegou a R\$ 3,6 milhões em 2006 e a R\$ 15 milhões em 2007.

Duarte mantém atividades rurais com Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, com quem divide receitas e despesas. Steinbruch não está sob investigação.

O empresário, colunista da **Folha**, afirma que é amigo do desembargador desde 1990. "A partir de 1996 iniciamos atividade agropecuária como produtores rurais. Todas as movimentações financeiras realizadas por esta parceria constam das minhas declarações de Imposto de Renda", diz Steinbruch.

Em 2007, Duarte registrou dívidas de R\$ 7,2 milhões com Steinbruch, e de R\$ 6 milhões com vendedores de uma fazenda que ele comprou por R\$ 12 milhões. Para quitar parte das dívidas, essa fazenda teria sido dada em pagamento a uma empresa de Steinbruch.

Duarte declara a exploração rural de 12 mil hectares em 2002 (43,7 mil em 2009). Registrou 10,4 mil cabeças de gado, em 2009. Segundo o CNJ, ele foi o maior vendedor em vários leilões de gado. Ao final de 2002 e 2004, declarou possuir R\$ 240 mil e R\$ 200 mil em espécie, respectivamente.

Paulo Alceu Puccinelli registrou bens no total de R\$ 1,4 milhão, em 2008 e de R\$ 692,6 mil em 2009. O CNJ suspeita que a diminuição do patrimônio se deu por meio de transferências "artificiais" de recursos para o filho.

Puccinelli foi sócio, com outros três desembargadores, na Agropecuária Caraguatá. O CNJ viu indícios de subfaturamento na aquisição de um terreno por João Brandes Garcia. Na sua declaração de 2009, constam obras de arte (R\$ 301,9 mil) e dinheiro em espécie (R\$ 341,2 mil).

Joenildo de Souza Chaves adquiriu, em 2004, uma fazenda por R\$ 360 mil, pagos em espécie. Marilza Lúcia declarou bens no total de R\$ 2 milhões, em 2009, R\$ 350 mil em espécie.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 MAI 2012

PATRIMÔNIO DE DESEMBARGADORES

Em 2010, o CNJ fez inspeção no TJ-MS e analisou declarações de renda dos juízes

| | | |
|--|---|--|
|  Sindicâncias patrimoniais de 2011 <p>Em 2010, a corregedoria do CNJ identificou "inconsistências" nas declarações de renda dos desembargadores Claudionor Miguel Abss Duarte, Paulo Alfeu Puccinelli, João Carlos B. Garcia, Joenildo de Sousa Chaves e Marilza L. Fortes e em mai.2011 determinou sindicâncias para investigar os bens dos magistrados</p> |  A extensão das investigações do CNJ <p>A corregedoria pediu dados de Receita Federal, Banco Central, Polícia Federal, Detran, cartórios de notas e outros relativos aos desembargadores e seus parentes, no período de 2000 a 2011. A investigação atinge até saídas para o exterior</p> |  O que está sendo investigado pelo CNJ <ul style="list-style-type: none">> Expressivo aumento de patrimônio> Aquisições de propriedades rurais> Posse de valores elevados de dinheiro em espécie> Transações financeiras com parentes em valores elevados |
|--|---|--|

Magistrados dizem que patrimônio tem justificativa

Claudionor Duarte, Joenildo Chaves, João Carlos Garcia e Marilza Fortes dizem desconhecer a sindicância. Puccinelli não se manifestou.

Segundo Duarte, sua declaração de imposto de renda de 2008 registra R\$ 13,2 milhões como dívidas e ônus reais. "Não houve aumento de patrimônio e sim redução" [variação patrimonial negativa de R\$ 1,847 milhão].

Duarte diz que é amigo de Benjamin Steinbruch.

"A partir da década de 1990, quando eu já explorava atividade agropecuária em área própria, decidimos explorar áreas de propriedade exclusiva do sr. Benjamin, (pessoa física) e/ou de sua empresa (Ibis Participações e Serviços Ltda.) em regime de condomínio, à razão de 50% cada um".

Segundo ele, a atividade agropecuária sempre se deu em nome das pessoas físicas.

Duarte diz que não é ilegal possuir grandes quantias em dinheiro.

"Não exerço e nem exerci a função de administrador ou gerente de empresa em atividade privada."

Joenildo Chaves diz que ingressou na magistratura em 1980, quando possuía um imóvel rural adquirido, como advogado, em 1977.

Diz que o imóvel está hipotecado. "Ao longo de 32 anos de ininterrupta carreira na magistratura é que me foi possível adquirir, em Terenos (MS), um sítio com área de 172,40 hectares", com financiamentos bancários, "além de minhas próprias economias, todas declaradas".

Chaves diz que a Agropecuária Caraguatá encerrou as atividades em 2006.

Brandes Garcia diz que aguarda comunicação do conselho. Marilza Fortes afirma desconhecer "incongruências" nas suas declarações de bens.

15 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Supremo suspende ida de Cachoeira à CPI

Empresário não prestará depoimento até que
corte decida sobre pedido de informações

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Celso de Mello suspendeu ontem por tempo indeterminado o depoimento do empresário Carlinhos Cachoeira na CPI criada para investigar esquema de corrupção supostamente comandado por ele.

A ida de Cachoeira à comissão estava marcada para hoje, mas o ministro decidiu suspender liminarmente o depoimento até o julgamento pelo plenário do STF de pedido de habeas corpus, ainda sem data para ocorrer.

Interlocutores do Planalto afirmaram ontem que, se o depoimento de Cachoeira não ocorrer logo, a CPI pode ficar esvaziada.

A decisão de Mello foi baseada em pedido do advogado de Carlinhos Cachoeira, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos.

Ele alegou que o presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), não permitiu o acesso da defesa à íntegra do material recebido pela comissão contra o empresário, e que o depoimento não poderia ocorrer sem que Cachoeira soubesse sobre o que é investigado.

O pedido feito por Thomaz Bastos no habeas corpus a ser julgado é a autorização para que Cachoeira obtenha todas as informações que estão sob a posse da comissão. Quando elas chegarem ao tribunal, o processo será enviado à Procuradoria para que o órgão opine sobre o pedido.

Só então o STF poderá reanalisar o julgamento final do habeas corpus. Até lá, o depoimento de Cachoeira à CPI não poderá acontecer.

Em sua decisão, Celso de Mello não chegou a autorizar a entrega dos documentos, mas já adiantou que ele será favorável a esse pedido.

"O sistema normativo brasileiro assegura ao advogado regularmente constituído pelo indiciado o direito de pleno acesso ao inquérito (parlamentar, policial ou administrativo), mesmo que sujeito a regime de sigilo", disse.

O ministro argumenta que o acesso deve ser garantido a todas as provas já produzidas e formalmente incorporadas ao processo investigatório, "excluídas informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentadas no próprio inquérito ou processo judicial".

Sobre o pedido de suspensão do depoimento, o ministro afirmou que "por mais graves que sejam os fatos pesquisados pela CPI, não pode desviar-se dos limites traçados pela Constituição nem transgredir as garantias, que, decorrentes do sistema normativo, foram atribuídas à generalidade das pessoas".

Mello aproveitou a decisão para dizer que a decretação do sigilo de documentos deve somente acontecer em caráter "excepcional".

O relator da CPI, Odair Cunha (PT-MG), negou que tenha havido cerceamento da defesa de Cachoeira.

15 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Procuradora foi quem decidiu não investigar Demóstenes, diz PF

Polícia contesta versão de Cláudia Sampaio, que disse ter arquivado suspeita com apoio de delegado federal

Nota da PF mantém atrito com Ministério Público e sustenta relato de delegado da Operação Vegas a CPI

DE BRASÍLIA

A Polícia Federal afirmou ontem que o delegado Raul Alexandre Marques Souza, da Operação Vegas, não pediu para a Procuradoria-Geral da República suspender o caso como forma de não atrapalhar outras investigações.

A decisão, tomada em 2009, adiou a revelação dos laços do senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO) com o empresário Carlinhos Cachoeira, suspeito de comandar um esquema de corrupção.

A nota da PF contraria a versão de Cláudia Sampaio, subprocuradora-geral da República e mulher do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Ela afirma que a decisão de não levar adiante as investigações da Operação Vegas foi tomada em conjunto com o delegado Souza.

O caso tem sido usado por integrantes da bancada governista na CPI para pressionar Gurgel. Na semana passada, ele definiu o movimento como uma tentativa de in-

timidá-lo no processo do mensalão, que corre no STF (Supremo Tribunal Federal).

A PF sustentou ontem que a decisão de paralisar a Vegas esperava novos elementos não foi tomada em conjunto com a procuradoria, que tinha a competência para decidir sobre o caso.

"A Polícia Federal encaminhou à PGR [Procuradoria-Geral da República] em setembro de 2009 a partir da decisão do juiz federal de Anápolis/GO para que fosse avaliado, pelo juízo competente, o conteúdo da investigação, cujos fatos se relacionavam com pessoas que possuíam prerrogativa de função", afirmou a PF, por meio de nota.

"O delegado Raul Alexandre não pediu à Subprocuradora Cláudia Sampaio o arquivamento ou o não envio da Operação Vegas ao STF", complementa a nota.

Segundo policiais ouvidos

“ Não há indício de envolvimento da Delta nacional com o grupo criminoso de Cachoeira

CÂNDIDO VACCAREZZA
deputado federal pelo PT-SP

pela reportagem, não cabe ao delegado da PF fazer esse tipo de pedido ao Ministério Público Federal.

REUNIÕES

Na nota, a PF informou ainda que o delegado Souza e Cláudia Sampaio tiveram três reuniões sobre o caso.

Na primeira, em agosto de 2009, o delegado estava acompanhado do diretor de Inteligência Policial e de mais quatro delegados. A Operação Vegas foi então apresentada à subprocuradora.

A segunda reunião aconteceu em setembro de 2009 e tratou do encaminhamento dos autos da investigação à PGR, por meio de ofício. Nesse encontro, o delegado estava sozinho, segundo a **Folha** apurou na PF.

O último encontro se deu em outubro, quando Souza estava acompanhado de outro delegado. Foi nessa data que a subprocuradora informou não haver elementos suficientes para a instauração de investigação no STF e que opinaria pelo retorno dos autos ao juízo de primeiro grau.

Ocorre que o inquérito não foi enviado novamente à primeira instância da Justiça. A Procuradoria informou que não se pronunciaria sobre a nota da PF.

VEGAS x MONTE CARLO

Entenda o que aconteceu com as duas investigações

Operação Vegas

Mar. 2008

PF abre inquérito em Anápolis (GO) para apurar a suspeita de que um policial vazava informações de investigações contra o jogo ilegal

Out. 2008

A PF descobre que o grupo de Carlinhos Cachoeira, suspeito de receber as informações, começava a usar rádios habilitados no exterior, supostamente imune a grampos

Operação Monte Carlo

Nov. 2010

Um novo inquérito, para investigar jogo ilegal, é iniciado em Valparaíso de Golás. Carlinhos Cachoeira só passou a ser alvo quatro meses depois. A investigação resultou na Operação Monte Carlo, que não tinha relação formal com a Vegas

Set. 2009

Após captar diálogos com parlamentares que possuem foro privilegiado e só poderiam ser investigados pelo STF, a PF envia o inquérito para a Procuradoria-Geral da República, que tem a competência para processar congressis-

Cerca de 13 meses depois



A VERSÃO DA PROCURADORIA

A Procuradoria-Geral afirma que, a pedido da PF, decidiu esperar novas provas antes de pedir investigação contra parlamentares no Supremo Tribunal Federal. Segundo a **Cláudia Sampaio**, a Vegas não tinha indícios de crimes

Para a Procuradoria, se o caso fosse para a primeira instância, os investigados teriam de ser avisados



A VERSÃO DA PF

O delegado da PF **Raul Alexandre Marques de Souza** disse à CPI que a Operação Vegas poderia ter sido devolvida para a primeira instância, para que as investigações sobre Cachoeira e seu grupo continuassem

Segundo ele, a demora fez com que os políticos ficassem três anos sem ser denunciados

Congressistas

devem dispensar fala de Gurgel

DE BRASÍLIA

Integrantes do governo e da oposição deverão dispensar o depoimento do procurador-geral, Roberto Gurgel, à CPI.

O PT, que na semana passada insistia na convocação, passou a defender explicação por escrito, linha já adotada pelo relator, Odair Cunha (PT-MG).

Gurgel é criticado por parlamentares por ter deixado de investigar em 2009, na Operação Vegas, a ligação do senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO) com o grupo de Carlinhos Cachoeira.

O depoimento dele agora é cobrado apenas por vozes minoritárias.

A votação de 176 requerimentos está prevista para hoje na CPI, incluindo a convocação de Gurgel.

A maior divergência entre base e oposição é se haverá apuração sobre a Delta. A base governista, que corresponde a cerca de 80% dos membros da CPI, tende a cerrar fileira contra a quebra do sigilo da empresa e impedir o depoimento de seu dono, Fernando Cavendish.

"Não há nenhum indício de envolvimento da Delta nacional com o grupo criminoso de Cachoeira. Não podemos perder o foco das investigações", disse o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

"Quem não votar pela convocação de Cavendish e contra a quebra dos sigilos da Delta não está votando no interesse da República", disse o líder do PSDB na Câmara, Bruno Araújo (SP).

15 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

CPI em tempos de democracia

VITAL DO RÉGO

Por que críticos do sigilo não admitem que o vazamento de informações representa um dano à democracia? É preciso ter responsabilidade na CPI

VITAL DO REGO, 47, é senador pelo PMDB-PB e presidente da CPMI sobre as operações Vegas e Monte Carlo

A CPMI criada para "investigar práticas criminosas" de Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo da Polícia Federal, vem se destacando por atuar com rigorosa observância da Constituição democrática de 1988 e da jurisprudência do STF.

Em um país marcado por uma nefasta cultura em que muitos segmentos influentes da sociedade nem sempre desejam o cumprimento da lei quando ela atinge os seus privilégios ("para os amigos, os privilégios; para os inimigos, os rigores da lei"), tem surpreendido o fato de a CPMI estar pautando as suas atividades por um plano próprio de trabalho, sem resvalar para ilegalidades e conflitos com as determinações da Corte maior ou desambar para atitudes demagógicas ou de protecnia midiática.

Aos defensores do Estado democrático de Direito, e portanto conhecedores de como funciona um inquérito (parlamentar ou policial), certamente não causa estranheza que a CPMI, em um primeiro momento, tenha se cercado de todos os cuidados, preservando a integridade física e o sigilo funcional dos delegados da Polícia Federal, para deles extrair o máximo de informações necessárias à adequada sequência dos trabalhos.

Afinal, para um trabalho sério e responsável, era necessário, antes, que a comissão conhecesse o que o próprio Estado já apurou a respeito das infrações e dos infratores.

Cumprida essa necessária etapa preliminar, as investigações poderão ser agora focar os principais envolvidos nas operações criminosas.

É exatamente esse senso de responsabilidade a origem de todos os atos da direção da CPMI para que a preservação das informações sigilosas compartilhadas pelo Judiciário seja rigorosamente observada, consoante a determinação —reite-

re-se, determinação, não mera recomendação— do ministro Lewandowski, relator da matéria no STF.

Essa preservação do sigilo, infelizmente, tem sido objeto de críticas superficiais, muitas vezes levianas.

No Legislativo, certamente o mais transparente dos poderes estatais, as CPIs historicamente foram vulneráveis ao cerco para repassarem informações sigilosas.

Por outro lado, o Judiciário sempre foi extremamente cumpridor da lei. Seguramente, aliás, causaria grande dano à democracia se ele se transformasse em vazador de informações sigilosas.

Por que, então, os críticos não conseguem reconhecer que estamos diante de um novo modelo de inquérito parlamentar, compatível com um texto constitucional que já vigora há mais de duas décadas?

É necessário também informar à sociedade que as determinações da direção da CPMI, baseadas no poder regulamentar conferido pela Constituição e pelo regimento, em nada estão a prejudicar o acesso livre dos integrantes do colegiado às informações sigilosas recebidas.

Houve uma significativa ampliação dos meios à disposição dos parlamentares, que inclusive podem contar com a colaboração, cada um, de um assessor especializado em consulta ao banco de dados. Continuarão sendo adotadas todas as medidas necessárias para colocar à disposição dos congressistas os meios indispensáveis de trabalho.

Assim, a sociedade brasileira pode estar confiante de que a CPMI possui um comando ciente de sua responsabilidade histórica e um norte muito bem traçado, que será executado conciliando as difíceis conquistas democráticas de respeito aos direitos individuais dos cidadãos com os interesses coletivos e republicanos de seu povo.

15 MAI 2012

GAZETA DO POVO

MP pede devolução de mais R\$ 25 mi à Alep

É a 7ª ação de improbidade por desvios de recursos no Legislativo; total a ser devolvido já chega a R\$ 102 milhões

O Ministério Público do Paraná pede o bloqueio de R\$ 213,2 milhões para garantir o ressarcimento dos salários pagos indevidamente pela Assembleia Legislativa para servidores fantasmas e o pagamento de eventual multa – cerca de R\$ 25 milhões. Alvo, novamente, são o ex-presidente da Casa Nelson Justus (DEM), o ex-primeiro-secretário Alexandre Curi (PMDB) e três ex-diretores. Em sete ações, MP já pede a devolução de R\$ 102 milhões aos cofres públicos.

MP pede o bloqueio de R\$ 213,2 milhões de bens de deputados e ex-diretores

Promotores querem que R\$ 25,5 milhões sejam devolvidos aos cofres públicos. Dinheiro teria sido pago indevidamente a dez funcionários fantasmas da Assembleia

Karlos Kohlbach

O Ministério Público do Paraná (MP) entrou ontem com mais uma ação de improbidade administrativa envolvendo a contratação irregular de funcionários da Assembleia Legislativa. Os promotores pedem o bloqueio de R\$ 213,2 milhões para garantir o ressarcimento de R\$ 25,5 milhões (em valores atualizados) que teriam sido pagos indevidamente pela Assembleia para dez fantasmas da Casa, além do pagamento de eventual multa.

O MP responsabiliza o ex-presidente da Casa Nelson Justus (DEM) e o ex-primeiro secretário Alexandre Curi (PMDB) pelas contratações irregulares. Além dos dois deputados, também são responsabilizados pelo MP o ex-diretor geral da Assembleia Abib Miguel, o ex-diretor administrativo José Ary Nassiff e o ex-diretor de pessoal Cláudio Marques da Silva.

Na ação, além de pedir o ressarcimento aos cofres públicos, o MP também requer a condenação dos cinco pela prática de ato de improbidade administrativa. Neste caso, as sanções podem variar da perda do cargo público até a suspensão dos direitos políticos por até dez anos.

Essa é a sétima ação ajuizada pelo MP denunciando irregularidades reveladas pela série de reportagens "Diários Secretos", da Gazeta do Povo e da RPC TV — que mostrou um esquema de desvio de verbas públicas no Legislativo estadual. Antes dessa, foram apresentadas três ações de improbidade contra Justus, Curi e os ex-diretores devido à contratação de fantasmas na Assembleia. O MP entrou ainda com outras três ações civis — uma tratava da falta de publicidade dos diários oficiais da Casa, outra de suposta fraude na lista de transparência divulgada em 2009 e uma terceira, proposta na semana passada, envolvia agentes políticos contratados no gabinete da primeira secretaria.

Série

As reportagens da série Diários Secretos mostraram a existência de dezenas de fantasmas da Assembleia. Entre eles, quatro pessoas da famí-

lia Vosilk, quatro ligadas à família Schabatura e duas de sobrenome Bordignon. Todas essas pessoas foram ouvidas na ação proposta ontem.

Com base nos depoimentos dessas pessoas, os promotores concluíram que nenhuma delas trabalhou na Assembleia. Mesmo assim, em alguns casos, elas receberam salários maiores que o de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Solange Alves Nogueira, por exemplo, chegou a receber R\$ 35 mil em setembro de 2007. Segundo o MP, Solange era empregada doméstica na casa de Bibinho. Em outubro de 2003, o motorista de Bibinho, Wilson Schabatura, recebeu salário de R\$ 32,1 mil. De acordo com a investigação do MP, esses altos salários pagos aos fantasmas beneficiaram Bibinho e Cláudio Marques da Silva. Não há provas contra Nassiff e os dois deputados nesse caso.

"O réu Abib Miguel era o 'gerente' dos desvios de recursos públicos e um dos grandes beneficiários destes ilícitos", diz um trecho da ação. A auditoria do MP revela que era Bibinho quem movimentava a conta dos servidores fantasmas das famílias Vosilk, Schabatura e Bordignon.

CONTINUA

15 MAI 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Curi diz que vai se manifestar na Justiça

Procurado pela reportagem da Gazeta do Povo para comentar a ação de improbidade administrativa proposta ontem pelo Ministério Público, o deputado Alexandre Curi (PMDB) informou que só vai se manifestar sobre o caso na Justiça. O ex-primeiro-secretário da Assembleia apenas destacou que alguns dos servidores fantasmas listados na ação do MP teriam sido contratados no ano de 2000, quando ele ainda não tinha ingressado na vida política. O ex-presidente Nelson Justus (DEM) não foi encontrado para comentar a ação do MP.

O advogado Eurolino Reis Sechinel, que defende os ex-diretores Abib Miguel, o Bibinho, e José Ary Nassiff, disse que só vai se manifestar sobre a nova ação de improbidade depois de tomar ciência da acusação. A mesma declaração foi dada pelo advogado Marden Esper Maues, que defende o ex-diretor de pessoal Cláudio Marques da Silva.

R\$ 76,7 MILHÕES

é quanto o MP pediu para bloquear dos bens de Abib Miguel. Os promotores pediram para que o mesmo valor seja bloqueado dos bens de José Ary Nassiff.

R\$ 6,6 MILHÕES

É quanto o MP pede que seja devolvido pelo ex-diretor de pessoal Cláudio Marques da Silva, os deputados Nelson Justus e Alexandre Curi aos cofres públicos.

FAMÍLIAS

Veja quanto cada fantasma recebeu da Assembleia:

| Servidor | Salário em R\$ |
|-----------------------|----------------|
| Izidoro Vosilk | 976,3 mil |
| Ana Maria Vosilk | 1,1 milhão |
| João Maria Vosilk | 3,5 milhões |
| Solange Nogueira | 3,1 milhões |
| Wilson Schabatura | 3,7 milhões |
| Luis F. Schabatura | 3,2 milhões |
| Sérgio A. Schabatura | 2,6 milhões |
| Carlos G. Schabatura | 2,9 milhões |
| José D. Bordignon | 2,2 milhões |
| José Devanir B. Filho | 2 milhões |

Fonte: MP

CONTINUA

Bibinho, de acordo com a auditoria, teria sido o responsável por efetuar movimentações financeiras que atingiram a ordem de R\$ 37,3 milhões. Ao todo, ele sacou R\$ 30,8 milhões, segundo documentos do MP. O saque de dinheiro na boca do caixa dificulta o trabalho de rastreamento dos recursos. O MP conseguiu comprovar o destino de apenas R\$ 3,2 milhões — que foram para o próprio Bibinho, suas empresas e familiares.

CONTINUAÇÃO

Rossoni escapou porque improbidade prescreve em 5 anos

O presidente da Assembleia Legislativa Valdir Rossoni (PSDB), o deputado Nereu Moura (PMDB) e o ex-presidente da Casa e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC), Hermas Brandão, escaparam da ação de improbidade administrativa proposta ontem pelo Ministério Público porque o crime de improbidade prescreve cinco anos após o agente público deixar o cargo.

A investigação do MP revelou que alguns dos funcionários fantasmas relacionados à ação ajuizada ontem foram contratados no ano de 2000 e desde então receberam salários sem prestar expediente. De 2001 a 2006, Hermas presidiu a Assembleia. Rossoni foi primeiro-secretário de 2001 a 2003, quando foi substituído por Nereu Moura, que ficou no cargo até 2006.

Apesar do ato de improbidade já estar prescrito, os três ainda podem ser responsabilizados pelo MP numa ação de devolução dos valores desviados dos cofres da Assembleia.

Na ação de improbidade administrativa proposta ontem pelo MP, os promotores apresentam documentos que comprovariam a contratação de fantasmas durante a gestão de Hermas, Rossoni e Nereu Moura. De lá para cá, citam os promotores, o esquema para desviar recursos foi sendo aperfeiçoado — sendo extinto so-

mente em 2010, depois da divulgação do escândalo dos "Diários Secretos".

Procurado ontem pela Gazeta do Povo, Nereu Moura afirmou que o caso já prescreveu. "O crime já prescreveu. Estou absolutamente tranquilo. Os arquivos da Assembleia mostram que não contratei nem assinei a contratação de nenhuma pessoa dessas famílias [de fantasmas]", disse. O atual presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni, preferiu não falar sobre o assunto. A assessoria de imprensa da Assembleia informou que Rossoni só iria falar depois de tomar conhecimento sobre os fatos. O ex-presidente Hermas Brandão não respondeu à solicitação de entrevista feita pela reportagem.

Colaborou Euclides Lucas Garcia

"O crime já prescreveu. Estou absolutamente tranquilo. Os arquivos da Assembleia mostram que não contratei nem assinei a contratação de nenhuma pessoa dessas famílias [de fantasmas]."

Nereu Moura (PMDB), deputado estadual.

ACUMULADO

Ações já pediram a restituição de cerca de R\$ 103 mi à Assembleia

Desde que o escândalo dos "Diários Secretos" veio à tona, em 2010, os promotores do Ministério Público do Paraná já pediram na Justiça o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão em bens dos deputados e ex-diretores envolvidos na contratação de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa. O pedido de indisponibilidade dos bens dos acusados é para garantir a restituição dos valores desviados aos cofres do Legislativo paranaense e o pagamento de multas em eventual caso de condenação. Os promotores pedem também que R\$ 102,8 milhões sejam restituídos aos cofres públicos.

Somente nas quatro ações de improbidade administrativa propostas pelo MP até agora, os promotores detectaram o desvio de cerca de R\$ 97 milhões dos cofres da Assembleia.

Foram R\$ 18,1 milhões envolvendo fantasmas da família do ex-funcionário João Leal de Matos, outros R\$ 26,3 milhões da família Gbur, R\$ 27,5 milhões da família do ex-servidor Douglas Bastos Pequeno e R\$ 25,5 milhões referente a ação proposta ontem. A expectativa é que esses números aumentem ainda mais. Isso porque há pelo menos mais 30 casos suspeitos de funcionários fantasmas que estão sendo investigados pelo MP.

Os quase R\$ 100 milhões desviados foram pagos aos fantasmas como salários, mas durante a investigação os promotores concluíram que os vencimentos não ficavam com os servidores. Era o ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, quem movimentava as contas bancárias desses fantasmas. Abib é acusado de ser o principal beneficiário do esquema montado na Assembleia para desviar re-

15 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Decisão do STF adia depoimento de Cachoeira

Ministro Celso de Mello concedeu liminar liberando o contraventor de comparecer hoje. Defesa alega que não teve acesso às denúncias.

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a não prestar depoimento hoje na CPMI instalada para apurar as relações dele com políticos. A decisão tem validade até que o plenário do STF julgue o mérito do pedido de habeas corpus movido pelos advogados de Cachoeira. Não há previsão de quando esse julgamento ocorrerá.

Ao atender a um pedido de liminar feito pelos advogados de Carlinhos Cachoeira que reclamaram não conhecer a integralidade das provas existentes contra ele, Celso de Mello baseou-se numa jurisprudência do STF que garante a todos investigados o direito de ter acesso a todos os documentos incluídos formalmente no inquérito. De acordo com o ministro, o investigado deve ter acesso inclusive a documentos, que embora sigilosos, já tenham sido formalmente in-

cluídos no inquérito. Para o ministro, impedir esse acesso não é "constitucionalmente lícito".

"A jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal tem garantido, a qualquer pessoa sob investigação do Estado e, também, ao seu advogado (não importando que se trate de inquérito policial, de inquérito parlamentar ou de processo penal), o direito de conhecer as informações já formalmente produzidas nos autos (excluídas, portanto, aquelas diligências ainda em curso de execução), não obstante se cuide de investigação promovida em caráter sigiloso", afirmou o ministro em sua decisão, tomada no início da noite de ontem.

Celso de Mello observou que Cachoeira é investigado num inquérito aberto perante o STF e ostenta a posição de figura central na CPMI. Segundo o ministro, ao tomar esse tipo de decisão, o Supremo não está interferindo no Poder Legislativo. "Uma decisão judicial — que restaura a integridade da ordem jurídica e que torna efetivos os direitos assegurados pelas leis e pela Constituição da República — não pode ser considerada um ato de indevida interferência na esfera do Poder Legislativo", afirmou.

O ministro disse que a defesa de Cachoeira tem o direito garantido pela Constituição Federal de conhecer o processo. Segundo ele, o investigado deve ter acesso aos autos, por intermédio de seu advogado, que poderá examiná-los, tirar cópias e tomar notas.

"O relator está com um norte muito bem posicionado e o depoimento do acusado é importante, mas certamente o relator já tem os planos alternativos para o caso de ele exercer suas garantias de ficar calado ou de o Supremo decidir liberando da sua presença aqui."

Vital do Rêgo, senador (PMDB-PB), antes da decisão do STF.

MURILO JOSÉ DIGIÁCOMO

Deveres paternofiliais

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão histórica, condenou um pai que deixou de reconhecer espontaneamente a paternidade de sua filha e jamais lhe proporcionou a atenção, o amor e o cuidado devidos, ao pagamento de indenização por dano moral. Ao contrário do que alguns têm argumentado o cerne da questão não está em "obrigar" os pais a darem afeto a seus filhos, mas sim em responsabilizá-los por se omitirem em fazê-lo.

A lei e a Constituição Federal exigem a "paternidade responsável" e estabelecem uma série de deveres aos pais, que vão muito além do sustento de seus filhos ou do provimento de suas necessidades meramente materiais. Os chamados "deveres paternofiliais" (que, por sinal, são recíprocos entre pais e filhos) também abrangem a assistência moral e emocional, o que compreende o carinho e o afeto mútuos. A existência de relação de afetividade, vale dizer, é de extrema importância para o desenvolvimento sadio do indivíduo, e sua negativa aos filhos, por parte dos pais, é fonte de traumas e prejuízos de ordem moral e emocional que podem trazer graves consequências futuras, e é justamente em razão dos prejuízos decorrentes do chamado "abandono afetivo" que se impõe o dever de indenizar.

Evidente que não será com a ameaça de uma condenação ao pagamento de indenização por dano moral que essa relação de afetividade será estabelecida (e nem é esse, como dito acima, seu objetivo), mas não resta dúvida de que a referida decisão provoca uma reflexão acerca da importância de os pais assumirem, de maneira integral (e não apenas no aspecto material), suas responsabilidades em relação a seus filhos, especialmente enquanto crianças e adolescentes. A construção (assim como o resgate) de uma relação de afeto entre pais e filhos, quando isso não ocorre espontaneamente, é uma tarefa com-

plexa que exige a intervenção de profissionais qualificados e abordagens múltiplas, efetuadas no contexto de uma política de atenção à família que, a rigor, o poder público deveria proporcionar em caráter oficial.

Semelhantes abordagens devem ocorrer desde a concepção e, se necessário, se estender ao menos enquanto os filhos forem crianças e adolescentes. Tudo começa, logicamente, com o reconhecimento ao estado de filiação, que se constitui num direito inalienável do indivíduo e é a base para realização das intervenções futuras. Pensando nisso, o Conselho Nacional de Justiça lançou o programa "Pai Presente", através do qual, a partir de um trabalho perante às escolas e os cartórios do Registro Civil, se procura obter espontaneamente o reconhecimento da paternidade dos alunos registrados apenas em nome da mãe. É preciso que tal programa seja complementado por outras ações do poder público, na busca da construção de uma relação paternofilial saudável. Na qual os pais sejam conscientizados e "trabalhados" não apenas para sentir, mas também para demonstrar afeto em relação a seus filhos, que têm o direito de serem amados e receber a atenção e o carinho que lhes são devidos.

CONTINUA

15 MAI 2012
GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

De qualquer sorte, embora intervenção estatal, em tais casos, não deva se limitar à punição dos pais que negam carinho e afeto a seus filhos, é certo que se constitui numa alternativa, ao menos, para responsabilizá-los por sua omissão e pelos prejuízos de ordem moral e emocional dela resultantes, cujos reflexos podem se estender para toda vida dos filhos que, desta forma, serão ao menos compensados pelas privações sofridas.

Murillo José DiGlácomo é promotor de Justiça, atuando no Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Paraná.

CONTINUA

FLÁVIO VOIGT KOMONSKI

15 MAI 2012

O afeto e a questão jurídica

A decisão da terceira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) coloca em questão a presença do pai na criação dos filhos, para além da presença financeira ou física. A procedência da acusação de "abandono afetivo" sugere que o Judiciário brasileiro está atento às configurações e implicações do papel de uma família no desenvolvimento de seus membros. Nas palavras da ministra do STJ Nancy Andrighi, os pais têm a obrigação de "fornecer apoio para a formação psicológica dos filhos".

A criação de uma criança é historicamente atribuída à figura materna. No caso julgado pelo STJ, o pai contribuiu financeiramente durante o período de infância e adolescência de sua filha, relegando à mãe o compromisso de ser a única referência afetiva para a criança. Entretanto, o papel do pai no desenvolvimento de um filho não pode ser subestimado, como se observa usualmente em nossa sociedade. O caso de abandono afetivo em tela, julgado pelo STJ, é diferente do de uma criança órfã de pai, mas sim de uma criança que conheceu o pai, solicitou sua presença em diversos momentos da vida e não a obteve.

A indenização proposta pelo STJ nos parece não ter a intenção de ser um reparador para a ausência paterna no desenvolvimento do sujeito — uma vez que afeto não se compra — mas estabelece, pela via da Justiça, um limite para a omissão. Notadamente, num contexto histórico, a presença da figura materna é mais frequentemente levada em conta em decisões judiciais.

O argumento utilizado para o pedido de recurso no caso em pauta foi o de que a mãe da proponente do processo impedia o acesso do pai à criança, por mais que este fizesse tentativas, podendo configurar um caso de alienação parental, no qual o rompimento da relação conjugal traz a dificuldade de separar as ques-

tões conjugais das parentais: um genitor exclui o outro da vida do filho, colocando-se como o único protetor, em busca de promover o enfraquecimento do vínculo afetivo entre os filhos e o outro genitor. Neste contexto relacional, um dos pais denigre a imagem do outro, acusando, culpabilizando e levando a criança a construir uma visão negativa desproporcional e não condizente com a realidade.

Destaca-se que os fatos e intercorrências da dinâmica familiar nos são desconhecidos e, portanto, é possível falar apenas com base nas informações fornecidas pela mídia e pelas publicações do STJ, de modo que os comentários são de cunho genérico, partindo de fundamentos gerais no que tange à psicodinâmica relacional de família.

A decisão do STJ possui uma visão contemporânea diante das responsabilidades e do papel da família, enfatizando a premissa de que a criação dos filhos não é responsabilidade e dever apenas da mãe e destacando a importância da presença física e afetiva de ambos os genitores para o desenvolvimento de uma criança.

Cleia Oliveira Cunha e Terezinha Kulka são psicólogas; Flávio Voigt Komonski é estudante de Psicologia.

15 MAI 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

TJ quer mais

A Assembleia Legislativa deu início ao trâmite de um projeto enviado pelo Tribunal de Justiça do Paraná. A proposta é de criação de 220 cargos para a estrutura do Judiciário. Neste ano, a previsão é de que isso custe R\$ 5,6 milhões aos cofres do estado. No ano que vem, mais R\$ 9,6 milhões. Segundo o tribunal, a justificativa é que os últimos cargos criados deram resultado, melhorando o atendimento para a população.

GAZETA DO POVO

CELSON NASCIMENTO

15 MAI 2012

Comissionados

Começa a tramitar na Assembleia anteprojeto de lei criando mais 240 cargos comissionados no Tribunal de Justiça. Na justificativa encaminhada pelo presidente do TJ, 120 vagas serão preenchidas por bachareis em Direito para prestar assessoria a juízes de primeiro grau (120) e outras 120 para desembargadores. Como não há necessidade de concurso, o preenchimento será bem simples: o magistrado indica o nome de sua preferência e o presidente do Judiciário nomeia.

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Casamento coletivo **15 MAI 2012**

Somente até hoje estão abertas inscrições gratuitas para o casamento coletivo civil que será realizado daqui a um mês na Regional Boqueirão. As inscrições devem ser feitas no Centros de Referência da Assistência Social (Cras) mais próximo. A grande cerimônia será no dia 16 de junho, no Boqueirão, numa ação conjunta do programa Justiça no Bairro, prefeitura de Curitiba, Fundação de Ação Social e Serviço Social do Comércio. O número de casais é limitado.

GAZETA DO POVO

» ABORTO

Diagnóstico de anencefalia tem regra publicada

15 MAI 2012

! Pouco mais de um mês após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter concluído que a interrupção de gestações de anencéfalos não é crime, entrou em vigor ontem uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) disciplinando o processo de diagnóstico da anomalia e definindo as regras para a execução dos procedimentos. Pela resolução, o diagnóstico da anencefalia deve ser feito a partir da 12ª semana de gravidez por meio de um exame de ultrassom. Duas fotografias demonstrando a ausência da calota craniana devem ser anexadas ao laudo, que precisará ser assinado por dois médicos.

A resolução não obriga a gestante a interromper a gestação. O médico também não é obrigado a fazer o procedimento. Há um dispositivo no Código de Ética da categoria que assegura ao médico o direito de exercer a profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviço que contrarie a sua consciência. Nesses casos, outro profissional deverá realizar a antecipação do parto.

Presidente interino do CFM, Carlos Vital Tavares Corrêa Lima explicou que a regulamentação acaba com a obrigatoriedade de as gestantes obterem autorização judicial para realizar o procedimento. Pela resolução do CFM, diagnosticada a anencefalia, a gestante pode optar por interromper a gestação, mantê-la ou adiar a decisão. Se resolver antecipar o parto, o procedimento deverá ser realizado em hospital com estrutura adequada para tratamento de eventuais complicações.

15 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

TJ decide hoje se lei da 'dupla porta' é válida

Norma permite que os hospitais do SUS em SP possam destinar até 25% dos leitos para usuários de planos de saúde

O Tribunal de Justiça de São Paulo julga hoje o mérito da lei que destina 25% dos leitos dos hospitais públicos de São Paulo, que são administrados por organizações sociais (OSs), para o atendimento de pacientes particulares ou de planos de saúde.

Para os contrários à legislação, a norma favorece a chamada "dupla porta", já que permitirá que usuários de planos de saúde usem leitos dentro de hospitais públicos. Já o governo diz que não haverá reserva de vagas e que a norma possibilitará o ressarcimento do SUS, já que muitos pacientes de planos de saúde já são atendidos na rede pública.

Liminar. A lei foi contestada no ano passado por meio de uma ação do Ministério Público do Estado. Uma liminar proibiu o governo de destinar esses leitos para particulares e o governo recorreu da decisão, que foi mantida em segunda instância. Agora, caso a lei seja considerada ilegal, o governo pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A expectativa do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) é que a decisão de primeira instância seja mantida.

"Essa é uma lei que vai claramente contra o sistema de saúde. Um dos princípios da saúde pública é a igualdade entre as pessoas que procuram o sistema.

O governo não pode destinar 25% dos leitos públicos, que já são insuficientes, para atender a pacientes da saúde privada", avalia Renato Azevedo, presidente do Cremesp.

Na semana passada, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) também encaminhou ao TJ uma recomendação para que seja mantida a liminar que proibiu a destinação dos leitos para planos. Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde informou que a regulamentação da lei proíbe reserva de leitos ou preferência a pacientes de planos de saúde, garantindo idêntica qualidade a todos os pacientes. Diz ainda que ela corrige a distorção no atendimento e cria uma fonte complementar de financiamento para hospitais do governo.

Argumentos do governo

20%

dos pacientes do SUS possuem algum plano de saúde

R\$ 500 mi

é o valor que o governo de SP gasta por ano com pacientes de planos atendidos pelo SUS

O ESTADO DE S. PAULO

Decisão do

STF adia 15 MAI 2012

depoimento

de Cachoeira

Defesa do contraventor consegue habeas corpus no Supremo; CPI marcará nova data

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a não prestar depoimento hoje na CPI instalada para apurar as relações dele com políticos.

Integrantes da CPI já articulam a aprovação de um outro requerimento de convocação de Cachoeira, com nova data. A estratégia já estava sendo articulada por parlamentares mesmo que Cachoeira comparecesse hoje, pois seus advogados o orientaram a permanecer calado durante a oitiva no Congresso. Num prazo de cinco dias, a CPI deve ser notificada da decisão do Supremo. Enquanto não decidem sobre a data de convocação de Cachoeira, novos requerimentos de convocação devem ser votados nesta semana.

Ao atender ao pedido de liminar feito pelos advogados de Carlinhos Cachoeira, Celso de Mello baseou-se em jurisprudência do STF que garante a todos investigados o direito de conhecer as provas existentes contra eles.

"A jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal tem garantido, a qualquer pessoa sob investigação do Estado e, também, ao seu advogado (não importando que se trate de inquérito policial, de inquérito parlamentar ou de processo penal), o direito de conhecer as informações já formalmente pro-

duzidas nos autos (excluídas, portanto, aquelas diligências ainda em curso de execução), não obstante se cuide de investigação promovida em caráter sigiloso", afirmou o ministro. Celso de Mello observou ainda que Cachoeira é investigado em inquérito aberto no STF e ostenta a posição de figura central na CPI.

Segundo o ministro, ao tomar uma decisão sobre o pedido da defesa do contraventor, o STF não está interferindo no Poder Legislativo. "Uma decisão judicial - que restaura a integridade da ordem jurídica e que torna efetivos os direitos assegurados pelas leis e pela Constituição da República - não pode ser considerada um ato de indevida interferência na esfera do Poder Legislativo", afirmou.

No pedido despachado ontem por Celso de Mello, os advogados de Cachoeira alegaram que ele não poderia depor hoje porque não tinha conhecimento do conteúdo do material que servirá de base para as indagações dos parlamentares. Eles disseram que pediram ao presidente da CPI, senador Vital do Rego, que permitisse o acesso às provas e adiasse o depoimento. No entanto, o requerimento foi rejeitado.

METRO 15 MAI 2012

CRM pune em 25% dos processos contra médicos

Conselho de Medicina do PR abriu 1.748 sindicâncias entre 2009 e 2011. Elas resultaram em 471 processos éticoprofissionais e 122 punições

O CRM-PR aplica algum tipo de punição em cerca de 25% dos processos éticos-profissionais resultantes das sindicâncias instauradas a partir de denúncias feitas por pacientes. "Na maioria dos casos, 60%, das reclamações temos a relação médico e paciente como o principal problema. O restante diz respeito diretamente aos casos de erro médico", informa o presidente do CRM, Alexandre Bley.

Os números do CRM mostram que foram instauradas 1.748 sindicâncias entre 2009 e 2011 e que resultaram em 471 processos éticoprofissionais, com um total de 122 punições. "São cinco tipos de penalidades, que vão desde uma advertência confidencial até a cassação do exercício profissional", explica Bley.

O erro médico pode ter várias causas, desde as previstas, como as que acontecem por imprudência, negligência, imperícia ou incapacidade técnica. "Na sindicância se observa se realmente houve o erro e se este poderia ser previsível e evitável. Também os motivos para o erro".

Como denunciar

O paciente deve fazer a denúncia formalmente e por escrito junto ao CRM. "Não se admite denúncia anônima. Todo procedimento deve ser documentado, relacionando-se documentos e testemunhas", avisa. O trâmite todo, até o final do processo, leva em média 3 anos. A punição tem caráter administrativo.

Bley diz que a relação entre médico e paciente deve ser de confiança. "A situação do sistema de saúde permite que o paciente ache que porque paga plano de saúde tem direito de ter retorno, como em uma relação de consumo. E não é isso. O médico não vende saúde e o paciente não é um simples consumidor."

Ele considera positivo que os pacientes procurem seus direitos ao se sentirem prejudicados. "Procuramos agir conforme o código de ética e dos princípios humanistas. Erros podem e acontecem e devem ser fiscalizados para o bem da sociedade", afirma Bley.

"A relação médico e paciente não é de consumo, é relação de confiança."

ALEXANDRE BLEY,
PRESIDENTE DO CRM-PR

60%

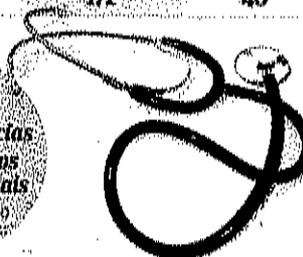
das reclamações referem-se à relação entre médico e paciente.

Reclamações junto ao CRM-PR

Veja quantas sindicâncias resultaram em processos e quantas foram as punições entre 2009 e 2011

| Ano | Numero de sindicâncias abertas | Numero de processos éticoprofissionais | que resultaram em alguma punição | Percentual dos processos que geraram punição |
|------|--------------------------------|--|----------------------------------|--|
| 2009 | 580 | 167 | 34 | 20% |
| 2010 | 701 | 152 | 48 | 32% |
| 2011 | 467 | 172 | 40 | 23% |

Em 2012 foram instauradas **244 sindicâncias** e **30 processos éticoprofissionais** até o início de maio



Sindicâncias no período: **1.748**
Processos éticoprofissionais: **471**

MP diz que é relação de consumo

No que diz respeito ao erro médico e outros problemas relacionados às questões envolvendo a saúde, o Ministério Público considera que são relações de consumo. "O código do Consumidor protege esta relação do paciente com o médico, entidade e ou planos de saúde", explica o procurador Ciro Scheraiher, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Consumidor do MP-PR.

Ele explica que nestes casos, para efeito de inde-

nização, a responsabilidade é objetiva. "Neste caso, o ônus da prova é do fornecedor, de quem prestou o serviço."

O procurador disse que nestes casos o paciente/consumidor deve entrar com ação na justiça para pedir a reparação do dano, tanto no âmbito civil ou penal. "No MP, as ações têm caráter de defesa da sociedade. As ações envolvem o SUS, União, Estados e municípios e são geralmente de interesse coletivo."

Para reclamar, o paciente deve, primeiro, recorrer ao prestador de serviço, por exemplo, o plano de saúde. Se não for atendido na reivindicação, deverá procurar o Procon ou ir à Justiça.

● METRO CURITIBA

15 MAI 2012
METRO

Aprovado título a Lewandowski

A Assembleia Legislativa aprovou ontem em primeira discussão e por unanimidade projeto de lei que concede título de cidadão hono-

rário do Paraná ao ministro do STF Enrique Ricardo Lewandowski. A proposta tramita em regime de urgência. ● METRO CURITIBA

Candidatos ao TCE são sabatinados

Os dois candidatos à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, o deputado Durval Amaral e o servidor Claudio Augusto

Canha, foram sabatinados ontem pela Assembleia Legislativa. A escolha deve ser na segunda-feira da semana que vem. ● METRO CURITIBA

15 MAI 2012

METRO

Exploração sexual está em debate

Uma série de ações vai acontecer ao longo do mês, dentro da campanha de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, promovida pela FAS (Fundação de Ação Social).

São palestras, oficinas, mesas de discussão, atividades socioeducativas e apresentações culturais, como teatro e filmes, que envolvem o tema.

A programação envolve crianças, adolescentes e adultos. Informações em www.fas.curitiba.pr.gov.br.

Abuso combatido com cinema

● Cinemateca de Curitiba exhibe filmes sobre o abuso e a exploração sexual infantil ● Entrada é gratuita

Durante esta semana, a Cinemateca de Curitiba (R. Carlos Cavalcanti, 1174) exhibe filmes que lembram o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, nesta sexta. A entrada é gratuita.

Até 18 de maio, serão exibidos, às 14h, os cinco filmes do programa "Que exploração é essa?", da TV Futura. Os longas serão apresentados antes das exibições dos filmes da programação normal da Cinemateca.

Nesta sexta, o clássico "Iracema - Uma Transa Amazônica" (1975) será exibido em duas sessões, às 16h e 18h. Em contraste com a propaganda oficial

da ditadura, uma câmera flagra os problemas que a rodovia Transamazônica traria para a região: desmatamento, trabalho escravo e prostituição infantil. Alternando documentário e ficção, o filme narra a história da jovem Iracema e do motorista Tião Brasil Grande.

Também será distribuída a cartilha "Doe sua Voz" material voltado ao público pré-adolescente, que se distribui em todo o Estado e trabalhado em sala de aula. Para fazer uma denúncia, os telefones são 100 (nacional) e 181 (no Paraná).

● METRO CURITIBA

15 MAI 2012

METRO

Chloris Justen lança novo livro



A obra bilíngue conta com tradução de Ivan Justen Santana e gravuras de Gianna Nadolny Roland.

A autora

Além de escritora, Chloris Justen é conhecida por ser presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura e oradora da Academia Paranaense de Letras, além de ser membro de entidades culturais do Paraná.

● METRO CURITIBA

Na Livrarias Curitiba
(Shopping Palladium)
Quarta 16/5, às 19h30
Entrada franca

A escritora e poeta curitibana, Chloris Casagrande Justen lança e autografa amanhã, a partir das 19h30, o livro "Essências Transfiguradas", na Livrarias Curitiba do Shopping Palladium.

Um coquetel seguido de bate-papo com a autora marca o lançamento. Haverá ainda um recital poético e a apresentação de uma coreografia musical.

88

anos Chloris
completou no ano
passado, quando
foi premiada pelo
Conselho do Diploma
Mulher-Cidadã Bertha
Lutz, em defesa dos
direitos da mulher.

15 MAI 2012

TRIBUNA DO PARANÁ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2012 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de películas arquitetônicas proletores, do tipo "insufilm".

Destino: Divisão de Arquitetura.

Data da abertura: DAR-SE-IA em 28 de março de 2012, às 13:00 horas. (Sala 01)

DAR-SE-Á em 31 de maio de 2012, às 13:00 horas. (Sala 01)

O edital encontra-se no mural público da Divisão de Licitações para consulta e poderá ser adquirido no mesmo local pelo valor de R\$ 5,00 (cinco reais), mediante guia de recolhimento ao Funrejus, ou sem ônus, se solicitado via "endereço eletrônico" (licit@tjpr.jus.br), ou ainda, via "Download" através do "site" www.tjpr.jus.br - "Licitações".

PREGÃO ELETRÔNICO nº 26/2012 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição e instalação de equipamentos para sistemas de telefonia.

Destino: Divisão de Sistemas de Comunicação do DTIC.

Data início acolhimento das propostas: 17 de maio de 2012.

Data limite acolhimento propostas: 29/05/2012 - 13:00 hs (horário de Brasília - DF)

Data abertura das propostas: 29/05/2012, às 13:00 hs (horário de Brasília - DF)

Início da fase de lances: 29/05/2012, às 13:30 hs (horário de Brasília - DF)

O edital e as especificações do Pregão Eletrônico estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Paraná: www.tjpr.jus.br - "Licitações", bem como pelo endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, nome do cliente "Paraná Tribunal de Justiça", ou por intermédio do portal www.bb.com.br ou, ainda, solicitá-los através do endereço eletrônico: licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas na Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Lysímaco Ferreira da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba PR, fone nº (41) 3254-2002 - r: 7, Curitiba, 14 de maio de 2012.

Marliana da Costa Turra Brandão
Diretora do Departamento do Patrimônio em exercício

TRIBUNA DO PARANÁ

Bicheiro livre e depoimento adiado na CPI

15 MAI 2012

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu, na noite de ontem, habeas corpus ao bicheiro Carlinhos Cachoeira. Na prática, a decisão suspende o depoimento que o contraventor prestaria hoje na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista que investiga suas relações com políticos e empresários.

Celso de Mello acatou os argumentos do advogado de Cachoeira, o ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de cerceamento de defesa. Para o ministro, qualquer depoimento de Cachoeira deve ter preservado as garantias fundamentais de defesa. De acordo com Thomaz Bastos, a CPI quer ouvir o bicheiro na qualidade de investigado, e não de testemunha. E, sem acesso aos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlos, da Polícia Federal, e que resultaram na prisão do bicheiro, não seria possível estabelecer a estratégia da defesa.

A decisão do ministro Celso de Mello, no entanto, não entrou no mérito se o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CPI, terá de entregar aos advogados de Cachoeira cópia de todos os documentos relativos às operações da PF que estejam em poder da comissão.

Julgamento

O julgamento de Ellandro Luiz Marconcini, 29 anos, ex-funcionário da empresa de segurança Centronic, e acusado de ser um dos autores da morte do estudante Bruno Strobel Coelho, em 2007, começa amanhã, às 8h30, na Câmara de Almirante Tamandaré. Ele é o terceiro envolvido que vai a julgamento, e a previsão que os trabalhos se estendam por mais de dois dias.

15 MAI 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Assembleia entrega título de Cidadão Honorário ao desembargador Aniceto

A Assembleia Legislativa entrega o título de Cidadão Honorário do Paraná ao desembargador José Augusto Gomes Aniceto, do Tribunal de Justiça do Paraná, durante sessão solene no Plenário do Centro Legislativo. A proposição é do deputado Ney Leprevost (PSD).

A homenagem, segundo o parlamentar, se deve aos relevantes serviços prestados à sociedade pelo desembargador. "É gratificante poder reconhecer, em nome do povo do Paraná, a dedicação de um homem de bem que, graças à disciplina dedicada ao estudo e ao trabalho, chegou ao mais alto posto da carreira de magistrado", frisa.

Nascido em Ourinhos, no estado de São



O desembargador Aniceto foi homenageado por iniciativa de Ney Leprevost

Paulo. José Augusto Gomes Aniceto ingressou no quadro de oficiais da Academia do Guatupê em 1969. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Já em 1978 ingressou, por concurso público de provas e títulos, na magistratura do Paraná, como juiz substituto.

15 MAI 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Terceiro réu acusado de matar Bruno Strobel vai a julgamento

Um dos sete homens acusados de matar o estudante Bruno Strobel Coelho, em 2007, em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, será julgado amanhã (16), a partir das 8h30, no auditório da Câmara Municipal da cidade.

O estudante desapareceu no dia 2 de outubro de 2007 e foi encontrado morto uma semana depois, com dois tiros na cabeça, na Rodovia dos Minérios, em Almirante Tamandaré. O jovem

teria sido morto por funcionários da empresa de segurança Centronic, após ter sido flagrado pichando o muro de uma clínica, no bairro Alto da Glória, em Curitiba (PR).

O promotor responsável pela acusação do réu desta quarta-feira, Paulo Conforto, afirmou que o grupo queria dar um corretivo no jovem. Entretanto, quando descobriram que ele era filho de jornalista, para tentar manter a impunidade, entenderam que deveriam matar.

JUSTIÇA
Terceiro réu acusado de matar Bruno Strobel vai a julgamento



† Bruno Strobel era filho do jornalista esportivo Vinícius Coelho

15 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cármen Lúcia participará do 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia Antunes da Rocha, estará em Curitiba para proferir uma conferência especial do 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, no dia 18 de maio, às 19h30. O evento vai ocorrer entre os dias 17 a 19 de maio, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em Curitiba.

Com o tema "As Eleições Municipais e a Lei da Ficha Limpa", o congresso vai discutir as novas decisões do poder judiciário sobre as regras eleitorais que refletem nas eleições deste ano. A ministra Cármen Lúcia foi uma das mais fervorosas defensoras da Lei da Ficha Limpa e ressaltou em seu discurso de

posse no TSE a importância da imprensa livre na construção da democracia.

O projeto Ficha Limpa foi aprovado em fevereiro deste ano, por 7 votos a 4, no STF. Com isso, os políticos brasileiros que renunciarem ao cargo ou que foram condenados por órgãos colegiados da Justiça não poderão disputar as eleições por pelo menos oito anos.

O congresso, que terá a presença de aproximadamente 900 pessoas de vários estados do País, é realizado pelas Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil, pelo Instituto Paranaense de Direito Eleitoral – Iprade e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Pessoal – Ibrade.

15 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Quebra de contrato por interesse público tem de ter contraditório

A municipalidade não pode, a seu bel-prazer, simplesmente quebrar unilateralmente um contrato administrativo entabulado com particular sem oferecer a este a chance do contraditório e da ampla defesa, mesmo alegando razões de interesse público. Logo, a quebra do contrato é nula, e seus efeitos ensejam indenização à parte prejudicada. Sob esta fundamentação, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou o Município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, a indenizar o Banco Santander, por quebra unilateral de contrato.

Após quatro anos de vigência do contrato para que o banco adminis-

trasse a conta da folha de pagamento da prefeitura e de ter recebido à vista o valor acordado como contrapartida, o prefeito quebrou o contrato administrativo com o Santander, repassando o serviço para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), que é estatal.

A relatora da Apelação no TJ-RS, desembargadora Maria Isabel de Azevedo Souza, afirmou que o argumento de que o serviço seria melhor prestado por uma instituição financeira pública não é suficiente para determinar a rescisão unilateral do contrato. Além do mais, não foi dada oportunidade ao banco privado de se manifestar sobre as razões de interesse público invocadas, nem sobre os efeitos patrimoniais da extinção antecipada do contrato.

Para a relatora, a visão política do prefeito não tem força suficiente para caracterizar a "alta relevância social" para extinguir, por ato imperial, o contrato administrativo, "mormente porque diz respeito à gestão de atividade meio: pagamento dos servidores públicos", considerou a magistrada. No acórdão, o colegiado manteve a decisão de primeiro grau, que mandou a municipalidade restituir o valor pago antecipadamente pelo banco para indenizar o período que este não explorou os serviços - R\$ 1,4 milhão. E foi mais longe: reconheceu lucros cessantes. A apuração do valor será feita em liquidação de sentença, já que os autos não trouxeram elementos suficientes para a arbitragem do julgador.

15 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Extravio de bagagens em aeroporto está sujeito ao CDC

"A companhia aérea que presta o serviço de transporte aéreo internacional de passageiros responde objetivamente pelos danos causados e, a partir do advento da CF/88, não mais se aplicam os limites de indenização previstos e Convenções Internacionais, como a Convenção de Montreal precedida pela Convenção de Varsóvia". O entendimento é do Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem dosado a indenização por danos materiais e morais que as companhias aéreas devem pagar aos passageiros que têm suas bagagens extravaliadas em vôos internacionais. Reiteradamente, as companhias tentam diminuir a indenização por danos morais, quando há extravio de bagagem de passageiros, recorrendo a tratados internacionais como o Pacto de Varsóvia que estipula

um valor máximo de indenização de 1.000 DES (direito especial de saque) — aproximadamente R\$ 3 mil. Os tratados são mais benéficos para as empresas, já que o Código de Defesa do Consumidor não prevê limite para indenização. Em análise de um caso recente, em que uma companhia aérea voltou a arguir o Pacto de Varsóvia para limitar a indenização total a 1.000 DES, o desembargador Mário de Oliveira, da 19ª Câmara de Direito Privado, ressaltou que "tal convenção é do ano de 1.931 e foi editada para atender aos reclamos do transporte aéreo da época, sendo, pois, anterior à vigência da Constituição Federal, de 1.988 e do CODECON de 1.991. Portanto, a Convenção de Varsóvia é lei anterior ao sistema normativo, não se aplicando aos casos de extravio de bagagem".

Advogado terá de pagar R\$ 1,8 milhão a ex-clientes

Por condutas profissionais desidiosas, que levaram ações de 29 clientes a ficarem praticamente paradas na Justiça por mais de 10 anos, um advogado foi condenado a pagar R\$ 1,8 milhão a seus ex-clientes como indenização por danos morais. De acordo com a sentença que o condenou, da 4ª Vara Cível de Campinas, a conduta do profissional causou tumulto na Justiça e danos às pessoas que depositaram sua confiança no profissional, "em função dos erros gritantes praticados pelo advogado". Depois de mais de 10 anos utilizando os serviços do advogado R.G.J., seus clientes decidiram entrar na Justiça contra ele, acusando-o de ter uma conduta displicente e cometer "gravíssimos erros no processo".

O profissional havia sido contratado por familiares de vítimas do acidente no qual um Boeing 707 da Varig explodiu no aeroporto de Abdijan, na Costa do Marfim, em 1987. Os processos foram ganhos em primeira instância, mas a sentença foi anulada em segunda por falhas nas petições iniciais, como a falta de documentos que comprovassem o parentesco entre as pessoas e as vítimas ou certidões de óbito que comprovassem as mortes. Em 2002, então, os clientes buscaram outro escritório para tocar o caso.

JORNAL DO ESTADO

JULGAMENTO

DO CASO

BRUNO STROBEL

É RETOMADO

CASO BRUNO STROBEL

15 MAI 2012

Mais um dos acusados vai a julgamento

Está marcado para amanhã, a partir das 8h30, o julgamento de Eliandro Luiz Marconcini, um dos funcionários da empresa de segurança Centronic acusado de envolvimento na morte do estudante Bruno Strobel Coelho Santos, em 2007. O estudante teria sido pego pichando no Alto da Glória por seguranças da empresa, torturado e executado. O julgamento acontece em Almirante Tamandaré.

O estudante desapareceu no dia 2 de outubro de 2007 e foi encontrado morto uma semana depois, com dois tiros na cabeça, na Rodovia dos Minérios, município de Almirante Tamandaré. O julgamento será no auditório da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, na rua Lourenço Ângelo Buzato, número 670.

No mês passado também estava marcado o julgamento de um outro acusado, mas acabou adiado a pedido da defesa, que alegava que uma das testemunhas estava em São Paulo. No total, a Promotoria de Justiça de Almirante Tamandaré denunciou sete ex-funcionários da empresa por envolvimento nos crimes que levaram à morte do estudante. Dois deles já foram julgados e condenados — um a 23 anos e outro a 13 anos de prisão.

Bruno Strobel Coelho Santos era filho do jornalista esportivo Vinicius Coelho.